

Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, de 12 de junho de 2026.

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR PRAZO DETERMINADO PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES NA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMDS) DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE/RJ.**

A **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social**, no uso de suas atribuições legais, torna pública para conhecimento dos interessados a realização de **Processo Seletivo Simplificado em Caráter Temporário por Excepcional Interesse Público**, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei nº 361/07, Lei nº. 450/2009 e Lei nº 1280/2024, regido por uma Comissão Técnica Organizadora, designada pela **Portaria GP n.º 0566/2026, de 01 de junho de 2026**, que será responsável pela organização, coordenação e pelo andamento da seleção com base nas disposições deste Edital, tendo por finalidade a contratação de profissionais para o desenvolvimento de atividades junto às ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Edital encontrar-se-á disponível para a consulta no site da Prefeitura de Natividade (www.natividade.rj.gov.br) e no Diário Oficial do Município, onde também constarão todas as atualizações e publicações atinentes ao presente Processo Seletivo Simplificado.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e será executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), que é o órgão responsável, técnica e operacionalmente, por todo o desenvolvimento relativo às etapas da seleção.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato temporário, prorrogado por uma vez por igual período.

2. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

2.1. Cada categoria profissional, que exercerá as funções delimitadas neste Edital, deve respeitar os princípios éticos que orientam a intervenção profissional e aliar a essa perspectiva aos princípios éticos que norteiam o fazer profissional da Política de Assistência Social, quais sejam, a (o):

2.2. Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;

2.3. Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

2.4. Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;

2.5. Proteção à privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua privacidade e orientação e resgatando sua história de vida;

2.6. Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;

2.7. Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios, renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;

2.8. Incentivo aos usuários para que esses exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;

2.9. Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;

2.10. Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que esses possam usá-las para o fornecimento de seus interesses; e

2.11. Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de melhorar os serviços prestados.

3. DO QUADRO DAS FUNÇÕES, DAS VAGAS, DOS PRÉ-REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DA REMUNERAÇÃO.

3.1. Os números de vagas, os pré-requisitos, a carga horária e a remuneração para os cargos oferecidos no presente Processo Seletivo Simplificado estão descritos no Anexo II.

3.2. As atribuições dos cargos oferecidos estão estabelecidas no Anexo III.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

4.1. Os requisitos para participação são:

- 4.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português a quem foi conferido igualdade, nas condições previstas no artigo 12, inciso II, §1º da CRFB/1988;
- 4.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, no ato da contratação;
- 4.1.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e quites com o serviço militar, esse último, se do sexo masculino;
- 4.1.4. Estar no gozo dos direitos políticos;
- 4.1.5. Não ter vínculo empregatício com o serviço público, salvo as condições específicas permitidas na legislação vigente;
- 4.1.6. Quando da contratação, somente será permitida a acumulação nos termos do artigo 37, inciso XVI da CRFB/1988, sob pena de nulidade do contrato e apuração de responsabilidade administrativa, na forma estipulada na Lei Municipal 1160/2022; e
- 4.1.7. Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela sua exoneração, antes de iniciar o exercício das atribuições da vaga oferecida neste Edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão realizadas EXCLUSIVAMENTE por meio do Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Ferreira Rabelo, Centro, Natividade – RJ, CEP 28.380-000, mediante preenchimento de formulário de inscrição em conformidade com o Anexo VII, no horário de 09h00min às 12h00min e de 13h00min a 16h00min do dia 23/06/2026 até o dia 25/06/2026.

5.1.1. No ato da entrega do formulário de inscrição serão solicitados ao candidato cópia dos seguintes documentos:

- 5.1.1.1. *Curriculum vitae* (o Currículo deverá ser feito com os seguintes itens: “Dados Pessoais”, “Experiência Acadêmica”, e “Experiência Profissional”, esses últimos, compatíveis com o cargo concorrido no Processo Seletivo Simplificado);
- 5.1.1.2. Documento de identidade válido;
- 5.1.1.3. Cadastro de Pessoa Física (CPF), caso essa informação não conste no documento de identidade;
- 5.1.1.4. Comprovação de escolaridade, conforme exigência do cargo concorrido (Certidão, declaração ou histórico escolar de ensino fundamental, médio ou superior, expedido por instituição devidamente reconhecida pelo MEC);
- 5.1.1.5. Comprovação para fins de obtenção de pontuação – Experiência Acadêmica (em conformidade com os Anexo IV, V, VI, VII e VIII);
- 5.1.1.6. Comprovação para fins de obtenção de pontuação – Experiência Profissional (em conformidade com o Anexo IV, V, VI, VII e VIII);
- 5.1.1.7. Comprovação de exercício na função de mesário eleitoral ou de jurado no **Tribunal do Juri, caso houver.**

5.2. O correto preenchimento do formulário de inscrição da documentação comprobatória, conforme descrito no item 5.1 e seus subitens, será de inteira responsabilidade do candidato, sendo que, as inscrições em desacordo com o previsto neste Edital, serão automaticamente INDEFERIDAS.

5.3. O candidato que declarar falsamente qualquer informação será EXCLUÍDO do Processo Seletivo caso confirmado tal situação, bem como serão ANULADOS todos os atos dela decorrentes, mesmo que o currículo tenha sido classificado, sujeitando-se, ainda, às consequências legais pertinentes.

5.4. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que cumpre de todos os requisitos presentes neste Edital para o cargo a que pretende se candidatar, pois, uma vez efetuada a inscrição, NÃO será permitida, em hipótese alguma, a alteração.

5.5. A falta, rasura ou ilegibilidade de algum documento comprobatório exigido para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e, portanto, não serão aceitos recursos nesse sentido, nem complementação de documentos.

5.6. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), a qualquer momento, poderá convocar o candidato para a apresentação dos documentos originais descritos no item 5.1 e subitens, ainda que antes da data da convocação.

5.7. Só será aceita uma única inscrição por candidato, em havendo mais de uma, prevalecerá a primeira.

5.8. Não serão aceitas inscrições por procuração.

5.9. Estão VEDADOS de participar do presente Processo Seletivo servidores ativos efetivos da Administração Pública Federal, do Estadual ou Municipal, exceto nas situações permitidas na legislação vigente.

5.10. As inscrições para este Processo Seletivo serão GRATUITAS.

6. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. Encerrado o período definido para as inscrições, a Comissão publicará, na forma do item 1.1 deste Edital, a relação dos candidatos que tiverem suas inscrições DEFERIDAS, contendo o número de inscrição de cada candidato.

6.2. O candidato que não tiver sua inscrição deferida poderá interpor recurso, observando o prazo do Anexo I, EXCLUSIVAMENTE por meio do Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Natividade - RJ, indicando as razões que ampararem a sua irrisignação.

6.3. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a juntada de documentos na interposição de recursos sobre as inscrições indeferidas.

6.4. A Comissão apreciará todos os recursos interpostos na forma do item 6.2, podendo reconsiderar a decisão sobre o indeferimento da inscrição, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições deferidas.

6.5. A relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas após a interposição de recursos será publicada no prazo estabelecido no cronograma do Processo Seletivo previsto no Anexo I.

7. DA ANÁLISE DE CURRÍCULOS E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

7.1. O Processo Seletivo Simplificado constará de uma única etapa classificatória, qual seja, a análise de currículo e avaliação de títulos.

7.2. A análise de currículo e avaliação de títulos obedecerá estritamente os critérios objetivos previstos no Anexo IV, V e VI.

7.3. O não envio pelo candidato de quaisquer documentos previstos no Anexo IV, V, VI, VII e VIII ensejará a não obtenção dos respectivos pontos, independente de transcrição no Currículo;

7.4. Caso o comprovante de capacitação realizada apresentado pelo candidato seja aplicável a mais de um critério de avaliação, será computado ao critério de avaliação de maior pontuação.

7.5. A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos.

7.6. Não serão classificados os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 15 pontos.

8. DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. A classificação será em ordem decrescente de pontos.

8.2. Na hipótese de igualdade da nota final, serão aplicados os critérios de desempate constantes no item 9 deste Edital.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em caso de empate na pontuação final no Processo Seletivo Simplificado, será classificado o candidato que, na ordem a seguir, sucessivamente:

9.1.1. O candidato de maior idade, observada a preferência prevista no artigo 27, parágrafo único da Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

9.1.2. Tempo de trabalho desenvolvido na realização da atividade afim;

9.1.3. Ter prestado serviço público relevante, na qualidade de mesário em eleições ou jurado perante o Tribunal do Júri, devendo essa condição ser comprovada por meio de declaração expedida pelo órgão jurisdicional competente, apresentada no ato de inscrição.

10. DOS RECURSOS SOBRE A ANÁLISE DE CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

10.1. A irresignação quanto a pontuação atribuída na fase de análise de currículo e avaliação de títulos poderá ser demonstrada por meio de recurso devidamente fundamentado, com linguagem clara, consistente e objetiva.

10.2. Os recursos serão interpostos no prazo previsto no **Anexo I**, através do Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Natividade - RJ.

10.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos recursos interpostos fora do prazo ou pedidos de revisão de recurso.

10.4. O recurso cujo teor desprezite a Comissão será indeferido de plano.

10.5. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a juntada de documentos na interposição de recursos sobre a análise de currículos e avaliação de títulos.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. O Resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado na forma prevista no item 1.1 deste Edital, correspondendo à ordem de classificação dos candidatos após a análise dos recursos.

11.2. Não será admitido recurso do resultado final.

12. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O cronograma do presente Processo Seletivo Simplificado observará o estabelecido no **Anexo I** deste Edital.

12.2. É exclusivamente de responsabilidade do candidato o acompanhamento das etapas e prazos previstos nesta seleção.

13. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Os candidatos considerados aprovados em conformidade com o Resultado final do Processo Seletivo Simplificado serão convocados a apresentação na forma do Ato Convocatório a ser divulgado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na forma prevista no item 1.1 deste Edital.

13.2. No dia, hora e local definidos no ato convocatório o candidato deverá apresentar-se munido dos seguintes documentos (uma fotocópia simples de cada e original):

13.2.1. 01 (uma) fotos 3x4 recente;

13.2.2. Documento de identidade válido;

13.2.3. Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), caso a informação não conste no documento de identidade;

13.2.4. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou nada consta da CEF, se for o caso;

13.2.5. Título de eleitor e Certidão de Quitação de Débitos, obtida no site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br);

13.2.6. Certificado de reservista ou Certificação de Alistamento Militar – CAM e Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI, se do sexo masculino;

13.2.7. Certidão de casamento, se for o caso;

13.2.8. Comprovante de nascimento dos filhos menores de 14 anos se for o caso;

13.2.8.1. Caso positivo referente ao item anterior, o candidato deverá apresentar:

13.2.8.1.1. CPF do menor,

13.2.8.1.2. Cartão de Vacina

13.2.8.1.3. Declaração de Frequência Escolar dos filhos com idade entre 07 a 14 anos

13.2.8.1.4. Declaração preenchida em conformidade com o Anexo XII.

13.2.9. Última Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, quando houver obrigatoriedade legal de apresentação, e Declaração de Bens (Anexo XII)

13.2.10. Comprovante de naturalização, se for o caso;

13.2.11. Comprovante de residência atual (últimos 3 meses);

- 13.2.12. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- 13.2.13. Curriculum Vitae atualizado e assinado;
- 13.2.14. Atestado de Saúde Ocupacional;
- 13.2.15. Registro no Conselho da Classe Profissional em situação regular, se for o caso;
- 13.2.16. Certificado ou declaração de conclusão de ensino médio, graduação, pós-graduação, especialização (contendo as respectivas instituições, carga horária e ano de conclusão) e demais cursos segundo a titularidade;
- 13.2.17. Declaração do candidato de que não exerce cargo público, excluindo as situações previstas em Lei e declaração de disponibilidade de horário (Anexo XI);
- 13.2.18. Declaração de antecedentes criminais emitido pela Polícia Federal (<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/>) e Polícia Civil do estado de residência do candidato emitida nos últimos 90 (noventa) dias.

13.3. A contratação dar-se-á mediante assinatura de contrato administrativo de prestação de serviços assinado com o Município de Natividade, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e o profissional contratado, estabelecendo os critérios estabelecidos pela Administração Pública observadas as disposições das Leis Municipais nº 361/2007 e nº 450/2009.

13.4. A não apresentação de quaisquer documentos previstos no item 13.2 e subitens ou a não assinatura do contrato no prazo definido no Ato Convocatório serão entendidos como desistência e ensejarão a desclassificação automática do candidato, prosseguindo-se a contratação do candidato seguinte, obedecida a ordem de classificação.

13.5. A manifestação expressa pelo candidato no desinteresse na assinatura do contrato (Anexo X) ocasionará a sua eliminação, convocando-se o seguinte, na forma do item 13.4.

13.6. O contrato por prazo determinado terá validade de 12 (doze) meses, a contar da contratação, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração Pública, desde que devidamente fundamentado.

13.7. A contratação não cria vínculo empregatício entre o Contratado e esta Municipalidade, bem como não causa expectativa de direito de ser posteriormente aproveitado nos Órgãos da Administração Direta ou Indireta.

13.8. A lotação dos candidatos aprovados será de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de acordo com a conveniência e a oportunidade administrativa, não cabendo quaisquer reivindicações do candidato nesse sentido.

13.9. A não assinatura pelo candidato do termo de lotação será entendida como desistência, aplicando-se as disposições do item 13.4.

14. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

14.1.1. Por inadimplência de suas cláusulas, após a aplicação das devidas penalidades;

14.1.2. Se evidenciada a incapacidade técnica ou a inidoneidade do contrato;

14.1.3. Atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da chefia imediata;

14.1.4. Por suspensão, paralisação ou encerramento do programa, projeto, serviço ou ação que deu origem à contratação, por decisão dos Governos Federal, Estadual ou Municipal;

14.1.5. Por determinação judicial;

14.1.6. Por mútuo acordo mediante comunicação;

14.1.7. Outras formas previstas em lei, como:

14.1.7.1. Pelo término do prazo contratual;

- 14.1.7.2. Por iniciativa do contratado;
- 14.1.7.3. Por manifestação unilateral motivada da Administração Pública Contratante, sendo devido o saldo de salários;
- 14.1.7.4. Pelo cometimento de infração disciplinar, contratual ou legal por parte do Contratado, apurada em regular processo administrativo, aplicando-se aos contratados o regime disciplinar previsto na Lei n.º 1160/2022;
- 14.1.7.5. No caso de ser ultimado o concurso público com vistas ao provimento de vagas correspondentes às funções desempenhadas pelos servidores contratados em caráter temporário;
- 14.1.7.6. Com o retorno do titular, nas hipóteses previstas no Título II da Lei nº 1160/2022;
- 14.1.7.7. Nas hipóteses de o Contratado: (i) ser convocado para o serviço militar obrigatório, quando houver incompatibilidade de horário; (ii) assumir mandato eletivo, que implique afastamento do serviço; (iii) se o Contratado faltar ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificção, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, aplicando-se as disposições do Regime Geral da previdência Social aos Contratados.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, reservará dotação orçamentária a conta da LOA 2026 para execução das obrigações assumidas.

Elemento de Despesa: 3.1.90.04.00

Fonte de Recurso: FNAS e Recurso Próprio

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A inscrição implicará conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e demais normas do Processo Seletivo Simplificado, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo de inteira responsabilidade do mesmo acompanhar as etapas do certame e obedecer aos prazos fixados neste Edital e as publicações posteriores, conforme amplamente descrito nesse, além de atender às convocações realizadas pela Administração, sob pena de exclusão automática do processo seletivo.

16.2. Quaisquer esclarecimentos a respeito do presente Processo Seletivo deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** por e-mail, no endereço eletrônico administracao@natividade.rj.gov.br, descrevendo no assunto: **ESCLARECIMENTOS – NOME DO CANDIDATO**.

16.2.1. Não serão aceitos quaisquer pedidos de esclarecimentos feitos presencialmente ou por telefone.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Técnica Organizadora designada pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

16.4. A Comissão Técnica Organizadora permanecerá constituída até a homologação (resultado final) do Processo Seletivo Simplificado.

16.5. Não será fornecido ao candidato qualquer documento de caráter individual comprobatório de classificação.

16.6. A classificação do candidato no Processo Seletivo não implica direito a contratação, cabendo a SMDS, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade das convocações para provimento das demandas verificadas.

16.7. O contratado poderá sofrer mudança de local de trabalho, considerando as áreas de abrangência, visando atender à necessidade de administração pública.

16.8. A inexatidão de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato, importarão na insubsistência do cadastro e poderão levar à sua nulidade e consequentemente rescisão unilateral por parte da SMDS, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

16.9. Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços e contatos junto à SMDS se responsabilizando pelos prejuízos que porventura vierem a ter em decorrência da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

16.10. É de inteira responsabilidade do candidato o conhecimento pleno do inteiro teor deste Edital, das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar, a qualquer tempo, desconhecimento como elemento impeditivo do seu adimplemento, não sendo aceitas reivindicações posteriores neste sentido.

16.11. O candidato, no ato da inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação na internet de seus dados em listagens e resultados no decorrer do presente Processo Seletivo Simplificado, tais como o nome, classificação curricular, bem como aqueles necessários ao fiel cumprimento da publicidade dos atos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

16.12. O candidato, no ato de inscrição, manifesta ciência quanto a necessidade de acompanhamento das publicações inerentes ao Processo Seletivo Simplificado, na forma do item 1.1.

16.13. Após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, todas as informações a ele relativas, serão dadas aos interessados pelo Departamento de Pessoal da SMDS.

17. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

17.1. Integram este edital os anexos a seguir:

Anexo I – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado;

Anexo II – Relação de cargos;

Anexo III – Atribuição das atividades profissionais;

Anexo IV a VIII– Critérios de Avaliação;

Anexo IX – Ficha de Inscrição;

Anexo X– Declaração de desistência de vaga;

Anexo XI- Declaração de não acumulação e disponibilidade de Horário;

Anexo XII– Declaração de bens;

Anexo XIII- Declaração de Dependentes.

Natividade-RJ, 12 de junho de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA TOLEDO

Prefeito Municipal

CRISTIANE MALAISA DA SILVA ZANON

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Evento	Datas
Abertura das inscrições	A partir das 9h00min do dia 23/06/2026
Encerramento das inscrições	Até às 16h00min do dia 25/06/2026
Publicação das Inscrições Deferidas	Até às 09h00min do dia 30/06/2026
Prazo para Interposição de Recursos sobre Inscrições Indeferidas	Até às 16h00min do dia 03/07/2026
Publicação das Inscrições Deferidas após os Recursos	Até às 09h00min do dia 08/07/2026
Publicação do Resultado Preliminar	Até às 09h00min do dia 13/07/2026
Prazo para Interposição de Recursos sobre o Resultado Preliminar	Até às 16h00min do dia 16/07/2026
Homologação do Resultado Final	Até às 09h00min do dia 22/07/2026

Este cronograma está sujeito à alterações, cabendo exclusivamente ao candidato o acompanhamento de todas as publicações atinentes ao presente Processo Seletivo Simplificado na forma prevista no Edital.

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS E VAGAS

Cargos	Vagas	Cadastro de Reserva	Carga Horária	Valor Salarial	Qualificação Mínima Exigida
Advogado – Atuação CEAM ¹ e CREAS	01	-	40h	R\$ 3.337,39	ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM DIREITO E INSCRIÇÃO REGULAR NO RESPECTIVO CONSELHO PROFISSIONAL (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Superior expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho profissional)
Cuidador Infantil Casa Lar	05	-	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE CUIDADOR INFANTIL (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e Certificado de Conclusão de curso de cuidador infantil)
Vigilante Casa Lar	04	-	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE VIGILANTE (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e Certificado de Conclusão de curso de vigilante)
Facilitador de Artesanato	-	01	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC)
Facilitador de Artes Marciais	02	-	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC)
Facilitador de Música	01	-	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC)
Facilitador de Dança	01	-	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC)

¹ Vaga exclusivamente destinada a mulheres, seguindo orientações do CEAM.



Facilitador de Corte e Costura	01	-	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC)
Supervisor PCF	01	-	20h	R\$ 2.200,00	ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM SERVIÇO SOCIAL, PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL E PEDAGOGIA.
Visitador PCF	03	04	40h	R\$ 1.776,70	ENSINO MÉDIO COMPLETO (Certificado/Declaração de Conclusão de Ensino Médio expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC)

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS	ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS
Advogado	<p>-- Atuar junto ao CEAM (Centro Especializado de Atendimento à Mulher) e ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social); atendimentos jurídico e social aos usuários, juntamente com outros técnicos, nos formatos: individual, familiar e em grupo; participação, em conjunto com a equipe técnica, de estudos de caso, intervenções, elaboração de Planos de Acompanhamento Familiar e encaminhamentos; promoção de escuta qualificada; fornecimento de suporte social, emocional e jurídico-social aos usuários; elaboração e acompanhamento de peças judiciais nos casos de situações de risco e violação de direitos; atuação interdisciplinar, com o objetivo de planejar ações e obter resultados mais efetivos para a vida dos usuários em conjunto com outras áreas do conhecimento; notificação de situações de violação de direitos aos Órgãos de Defesa de Direitos; prestação de depoimento em audiências, como testemunha de acusação, em ações que envolvam crimes contra crianças ou adolescentes; interlocução em demandas que envolvam órgãos pertencentes ao Sistema de Justiça; busca aos autos de ações judiciais, com o objetivo de utilizar essas informações para subsidiar medidas de proteção e defesa dos direitos dos usuários; acompanhamento especializado de indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social por violação de direitos no âmbito do CREAS.</p>
Facilitador (todas as áreas)	<p>Realizar o planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades previstas, promovendo a sistematização, monitoramento e avaliação dos serviços em conjunto com a equipe de trabalho responsável; Mediar processos grupais no âmbito dos serviços socioassistenciais, fortalecendo vínculos familiares e comunitários; Registrar a frequência diária dos usuários e estimular sua participação na definição, execução e avaliação das atividades desenvolvidas ao longo do acompanhamento; Acompanhar, orientar e avaliar o desenvolvimento dos participantes durante a execução das oficinas; Participar de reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação com a coordenação, equipe técnica e gestão; Avaliar o desempenho e a evolução dos usuários, registrando informações necessárias ao acompanhamento das atividades; Desenvolver oficinas com conteúdos teóricos e práticos, abordando temas transversais relacionados à cidadania, convivência social, ética, direitos humanos, meio ambiente, saúde, cultura, esporte e lazer; Participar das atividades de capacitação, treinamento e formação continuada quando solicitado; Atuar de forma ética, responsável e profissional, observando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Participar dos eventos, campanhas, apresentações, exposições, festivais e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e suas unidades;</p>

	<p>Desenvolver atividades de acordo com sua área de atuação, utilizando metodologias e técnicas adequadas às especificidades das oficinas ofertadas;</p> <p>Incentivar a criatividade, autonomia, disciplina, trabalho em equipe, protagonismo, inclusão social e desenvolvimento das potencialidades dos usuários;</p> <p>Desenvolver oficinas de esporte, lazer, artesanato, cultura, música, dança, artes marciais, corte e costura e demais atividades correlatas à sua área de atuação;</p> <p>Acompanhar projetos de orientação profissional, qualificação para o trabalho e geração de renda;</p> <p>Identificar demandas sociais dos usuários e encaminhá-los, quando necessário, à rede socioassistencial e demais políticas públicas;</p> <p>Participar das atividades de planejamento, monitoramento e avaliação da equipe responsável pela execução dos serviços;</p> <p>Elaborar relatórios, registros, listas de frequência e demais documentos relacionados às atividades desenvolvidas;</p> <p>Zelar pelos materiais, equipamentos, instrumentos e espaços utilizados nas oficinas;</p> <p>Promover ações que contribuam para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e para a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social;</p> <p>Executar outras tarefas compatíveis com o cargo, determinadas pela coordenação e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.</p>
<p>Cuidador Infantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades relacionadas aos cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção das crianças e adolescentes; - Elaborar refeições conforme cardápio elaborado por Nutricionista; - Organização do ambiente, incluindo atividades domésticas como limpeza, cuidado e organização do espaço físico e das crianças ou adolescentes; - Proporcionar atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescentes; - Acompanhar as crianças e adolescentes nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano; - Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade, sendo responsável, junto à equipe técnica, pelo desenvolvimento físico, moral e social dos acolhidos; - Proporcionar momentos de recreação e discussão sobre a realidade do abrigo; - Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; - Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo orientado e supervisionado por um profissional de nível superior; <p>Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.</p>
<p>Vigilante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os ocupantes do cargo têm como atribuições executar rondas nas dependências da casa lar, áreas e vias de acesso adjacentes, identificando qualquer movimento suspeito e tomando as medidas cabíveis, conforme norma da casa lar, inspecionar as dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades, controlar fluxo de pessoas, examinar portas, janelas, portões e assegurar que estão devidamente fechados, cuidar da segurança de funcionários e acolhidos, moradores e visitantes, deliberar pequenos problemas e demais atividades pertinentes à função,

	<p>controlar e orientar a entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, exigindo a necessária identificação de credenciais visadas pelo órgão competente. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.</p>
<p>Visitador PCF</p>	<p>- Planejar e realizar visitas domiciliares às famílias cadastradas no Programa Criança Feliz, com apoio e acompanhamento de supervisor, - observar os protocolos de visita e fazer os devidos registros das informações acerca das atividades desenvolvidas; - consultar e recorrer ao supervisor sempre que necessário; - registrar as visitas domiciliares; - identificar e discutir com o supervisor demandas e situações que requeiram encaminhamentos para a rede socioassistencial (como educação, cultura, justiça, saúde ou assistência social), visando sua efetivação; - realizar a caracterização da família, da gestante e da criança, bem como diagnóstico inicial do desenvolvimento infantil, por meio de formulários específicos; Preencher o instrumento “Plano de Visita” para planejamento do trabalho junto às famílias; - realizar o trabalho diretamente com as famílias, orientando-as para o fortalecimento do vínculo e capacitando-as para realizar as atividades de estimulação para o desenvolvimento integral da criança, desde a gestação; - orientar as famílias sobre as atividades de estimulação adequadas à criança a partir do diagnóstico inicial de seu desenvolvimento; - acompanhar e apoiar as ações educativas realizadas pelas próprias famílias junto às crianças e as ações realizadas pelas gestantes; - acompanhar os resultados alcançados pelas crianças e pelas gestantes; - participar de reuniões semanais com o supervisor para repassar o trabalho realizado durante a visita domiciliar e para planejar as Modalidades de Atenção; - executar o cronograma de visitas domiciliares às famílias; - participar das capacitações destinadas aos visitantes; -colaborar com o supervisor no levantamento de temáticas a serem abordadas na educação continuada e permanente; - informar imediatamente ao supervisor situações em que forem identificadas ou percebidas circunstâncias ou casos que indiquem problemas na família como, por exemplo, suspeita de violência doméstica e dificuldades de diagnóstico precoce ou de acesso a serviços e direitos de crianças com deficiência, para que o supervisor acione a rede socioassistencial de serviços; -Participar de ações relacionadas à Primeira Infância; - Realizar busca ativa para cadastro das famílias no Programa.</p>
<p>Supervisor PCF</p>	<p>- Realizar caracterização e diagnóstico do território; Fazer encaminhamentos e devolutivas das demandas trazidas pelo visitador; Organizar e participar de reuniões semanais com os visitantes para planejar e discutir as Visitas Domiciliares; Acompanhar o visitador nos domicílios, quando necessário; Encaminhar para a equipe de referência do CRAS ou coordenação municipal do Programa Criança Feliz - PCF, esta, quando houver; Promover capacitação inicial e permanente dos visitantes; Participar de reuniões intersecretoriais e do Comitê Gestor; Registrar visitas e extrair relatórios do prontuário eletrônico do SUAS.</p>

ANEXO IV

Critérios de avaliação dos cargos – Facilitador (todas as áreas)

QUANT.	TÍTULOS	PONTOS P/ TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Título de Pós-Graduação, <i>lato sensu</i> , na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	11	11
01	Certificado de Curso superior, na área pleiteada, autorizado pelo MEC	10	10
04	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área pleiteada, com no mínimo 08h.	10	40
01	Documentação que comprove atividade profissional na área	15	15
48 meses	Tempo de serviço na área pleiteada	0,5 Por mês trabalhado	24
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100,00

ANEXO V

Critérios de avaliação dos cargos – Cuidador Infantil e Vigilante

NOME:

CARGO: VIGILANTE

QUANT.	TÍTULOS	PONTOS P/ TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO
01	Título de Pós-Graduação, <i>lato senso</i> , na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	14	14	
01	Certificado de Curso superior, na área pleiteada, autorizado pelo MEC	10	10	
01	Certificado de Curso de Cuidador Infantil para o cargo de Cuidador Infantil e Certificado de Curso de Vigilante para o cargo de Vigilante oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área pleiteada, a partir de 2019, concluído até 12 de abril de 2024	20	20	
02	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área de conhecimento inerente ao cargo pleiteado, com no mínimo 08 h, a partir de 2019, concluído até 12 de abril de 2024	10	20	
48 Meses	Tempo de serviço na área do cargo pleiteado em serviço público	0,5 Por mês trabalhad o	24	
24 meses	Tempo de serviço na área do cargo pleiteado	0,5 Por mês trabalhad o	12	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100,00	

ANEXO VI

Critérios de avaliação dos cargos – Visitador

NOME:

QUANT.	TÍTULOS	PONTOS P/ TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO
01	Certificado de Curso superior, em qualquer área, autorizado pelo MEC	12	12	
04	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada de Desenvolvimento Infantil, com no mínimo 08 h, a partir de 2019, concluído até 12 de abril de 2024	10	40	
48 Meses	Tempo de serviço na área pleiteada em serviço público com crianças de 0 a 6 anos	0,5 Por mês trabalhado	24	
24 meses	Tempo de serviço na área pleiteada com crianças de 0 a 6 anos, estágio em função afim, participação em serviços, programas e/ou projetos sociais com crianças de 0 a 6 anos, termo ou certidão de realização de estágio, carteira de trabalho ou cópia do contrato de trabalho.	1,0 Por mês trabalhado	24	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100,00	

ANEXO VII

Critérios de avaliação dos cargos – Supervisor

QUANT.	TÍTULOS	PONTOS P/ TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Título de Doutorado <i>stricto sensu</i> na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	16	16
01	Título de Mestrado <i>stricto sensu</i> na área de políticas públicas, autorizado pelo MEC.	15	15
01	Título de Pós-Graduação, <i>lato sensu</i> , na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	11	11
02	Diploma/certificado de conclusão de especialização <i>lato sensu</i> ou declaração de conclusão de especialização <i>lato sensu</i> , desde que esta última esteja acompanhada de histórico escolar, na área de Políticas Públicas nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação.	3.5	7
05	Certificado/Declaração de participação em curso de capacitação ou aperfeiçoamento na área de Políticas Públicas nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, desde que realizados nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data de publicação deste Edital.	3	15
24 Meses	Experiência comprovada na Área de Políticas Públicas nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação	0,5 Por mês trabalhado	12
48 Meses	Experiência profissional no cargo de gestão, com atuação específica na área de Políticas Públicas nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação.	0,5 Por mês trabalhado	24
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100,00

ANEXO VIII

Critérios de avaliação - ADVOGADO

NOME:

QUANT.	TÍTULOS	PONTOS P/ TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO
01	Título de Doutorado <i>stricto sensu</i> na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	20	20	
01	Título de Mestrado <i>stricto sensu</i> na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	16	16	
01	Título de Pós-Graduação, <i>lato senso</i> , na área pleiteada, autorizado pelo MEC.	12.8	12.8	
01	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área pleiteada, com no mínimo 120h, a partir de 2021, concluído até 01 de junho de 2026 OU Título de Pós-Graduação, <i>lato senso</i> , em qualquer área, autorizado pelo MEC	8	8	
02	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área pleiteada, com no mínimo 50h, a partir de 2021, concluído até 01 de junho de 2026	2.5	5	
02	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área pleiteada, com no mínimo 40h, a partir de 2021, concluído até 21 de junho de 2026	2	4	
02	Certificado de curso oferecido por Federação, Estados ou Municípios e/ou Instituição Privada na área pleiteada, com até 39 h, a partir de 2021, concluído até 21 de junho de 2026	1.5	3	
48 Meses	Tempo de serviço na área pleiteada em serviço público	0,5 Por mês trabalhado	24	
24 meses	Tempo de serviço na área pleiteada	0,3 Por mês trabalhado	7,2	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100,00	

ANEXO IX

Ficha de Inscrição

Dados Pessoais:

Nome do Candidato:			
Sexo: () M () F		Data de nascimento:	
RG:	CPF:	PIS:	
Nome da mãe:			
Endereço:			
Nº:	Complemento:	Bairro:	
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone residencial:		Telefone comercial:	
Telefone celular:		E-mail:	
Cargo Pretendido:			

Documentação:

1. Nacionalidade brasileira: () Sim () Não
2. Nacionalidade estrangeira (português), com comprovada condição de igualdade e gozo dos direitos políticos.: () Sim () Não
3. Quite com as obrigações eleitorais () Sim () Não
4. Quite com as obrigações militares (sexo masculino): () Sim () Não
5. Cópia legível da carteira de Identidade e CPF: () Sim () Não
6. Cópia legível do comprovante de residência: () Sim () Não
7. Comprovação de exercício na função de mesário eleitoral ou de jurado no Tribunal do Juri, caso houver: () Sim () Não
8. Cópia do curriculum vitae documentado: () Sim () Não
9. Comprovação de escolaridade, conforme exigência do cargo concorrido (Certidão, declaração ou histórico escolar de ensino fundamental, médio ou superior, expedido por instituição devidamente reconhecida pelo MEC): () Sim () Não
10. Comprovação para fins de obtenção de pontuação – Experiência Acadêmica (em conformidade com os Anexo IV, V, VI, VII e VIII): () Sim () Não
11. Comprovação para fins de obtenção de pontuação – Experiência Profissional (em conformidade com o Anexo IV, V, VI, VII e VIII): () Sim () Não

Informações Adicionais:

1. Candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou do não preenchimento de qualquer campo daquele campo;
2. A inscrição no processo seletivo implica, deste logo, o reconhecimento e a tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas.
3. Não será admitida, sob nenhuma hipótese, complementação documental fora do prazo de inscrição;

PROTOCOLO DE ENTREGA

Nome: _____

Data: ____/____/____.

Assinatura do recebedor

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

Eu, _____, brasileiro (a),
Estado Civil _____, portador(a) do RG nº _____ e do
CPF nº _____, candidato (a) classificado (a) no Edital 001/2026, para o Cargo
de _____, venho, pelo presente, DECLARAR A MINHA
DESISTÊNCIA À VAGA.

Natividade - RJ, _____ / _____ / _____

Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCER CARGO PÚBLICO

Eu, _____, brasileiro (a),

Estado Civil _____, portador(a) do RG

nº _____, e do CPF nº _____,

declaro, para os fins do contido nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que:

() NÃO mantenho outro vínculo empregatício em caráter permanente ou temporário com qualquer entidade pública federal, estadual ou municipal, que impeça a minha admissão ao quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Natividade-RJ, na função de _____.

Caso venha assumir vínculo nessas condições, assumo compromisso de comunicar esta Secretaria no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

() MANTENHO vínculo público, exercendo cargo de _____, pertencente a estrutura do órgão _____, sujeito a carga horária de __, horas/semanais, que cumpro nos dias e horários abaixo:

Dias/semana	Horários

Natividade - RJ, ____/____/____

Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro(a),

Estado Civil _____, portador(a) do RG nº _____, e do CPF nº _____

_____, declaro para fins de contratação, no Processo Seletivo na Prefeitura Municipal de Natividade-RJ, que possuo os seguintes bens:

Natividade – RJ, ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Eu, _____, brasileiro(a),

Estado Civil _____, portador(a) do RG nº _____, e do CPF nº

_____, Matrícula: _____, endereço: _____

_____, cidade: _____

_____, bairro: _____,

telefone: _____.

Nº de ordem	Nome completo do dependente	Relação de dependência	Data de nascimento	CPF

Cientes da proibição da dedução de um mesmo dependente por ambos os cônjuges, declaramos sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de nossa inteira responsabilidade não cabendo a Prefeitura de Natividade-RJ nenhuma responsabilidade perante a fiscalização.

Natividade – RJ, _____/_____/_____

Assinatura do declarante

Observações: Sempre que ocorrer alteração nessa declaração a mesma deverá ser renovada. Em caso de adoção e/ou guarda de menores e dependência de genitores e/ou outros, anexar cópia do documento legal que determinou a dependência.